

Bela Feldman-Bianco
Miguel Vale de Almeida
Cristiana Bastos

Introdução

A reunião deste conjunto de autores e ideias teve a sua génese no workshop *Nação e Diáspora: Diálogos Cruzados Luso-Brasileiros*, organizado por Bela Feldman-Bianco em Outubro de 1998 na UNICAMP, e foi desenvolvida formalmente com a apresentação preliminar dos textos no seminário *Tensões Coloniais e Reconfigurações Pós-Coloniais: Diálogos Críticos Luso-Brasileiros*, organizado por Cristiana Bastos, Miguel Vale de Almeida e Bela Feldman-Bianco em Novembro de 1999 na Arrábida.¹

Ambos os encontros foram marcados pelo diálogo crítico entre antropólogos e historiadores radicados no Brasil ou em Portugal sobre o antigo império português e suas reconfigurações pós-coloniais, tendo como pano de fundo os debates sobre colonialismo e pós-colonialismo que eclodiram nas duas últimas décadas.² Se, de um lado, os antropólogos demonstram um interesse renovado pelo estudo de projectos coloniais e pelo diálogo com os historiadores, a lite-

¹ Outros encontros e seminários antecederam e prolongaram estes dois eventos. O workshop *Nação e Diáspora* foi planeado a partir de questões suscitadas por um conjunto de estudos de caso que fazem parte do programa *Identidades: Reconfigurações de Cultura e Política* (CEMI-IFCH/Unicamp) e que examinam as relações entre formação de nação, movimentos transnacionais de populações, signos e capitais e reconfigurações identitárias entre Brasil e Portugal. O seu objectivo inicial era mapear as singularidades do império luso-brasileiro no quadro mais amplo dos espaços coloniais portugueses, bem como as reconstruções das relações entre ex-colonizado e ex-colonizador através dos tempos, com ênfase nas seguintes temáticas: *O Brasil Colônia no Atlântico Sul; O Império Colonial em Debate e Redefinindo o Pós-Colonial: Continuidades e Remodelagens*. O encontro da Arrábida propiciou a continuidade dessas discussões e das questões teóricas desenvolvidas com base na apresentação de textos. Para além do grupo que se reuniu na Unicamp, foram convidados outros pesquisadores portugueses cujos trabalhos se articulavam directamente com os temas em debates. A fim de estimular ainda mais a transdisciplinaridade, as sessões foram planeadas a partir das seguintes unidades temáticas: *Do Império ao Pós-colonial: Celebrações, Comemorações e Reações; Trânsitos e Tráficos do Atlântico Sul; Reconfigurações Identitárias Nacionais: Da Etnogénese à Diáspora; e Poderes e Saberes Coloniais*. Também o simpósio *Imperial Tensions, Post-colonial Reconfigurations: Cases from the Portuguese Speaking World*, organizado por Cristiana Bastos no Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros da Brown University em Maio de 2000, proporcionou uma nova síntese e alargamento da discussão a cientistas sociais anglófonos, de que resultou o número temático *Colonialism as a Continuing Project: The Portuguese Experience*, organizado por Bela Feldman-Bianco, da revista *Identities: Global Studies in Culture and Power*, vol. 8, n.º 4, Dezembro de 2001.

² Sobre colonialismo e pós-colonialismo português, v. também B. S. Santos (1992 e 2001).

ratura existente – especialmente a anglo-saxónica – tende a restringir-se a análises sobre os impérios britânico ou francês e holandês e, em menor extensão, alemão e belga. Por outro lado, não obstante a proliferação de estudos pós-coloniais com ênfase «[n]a re-escrita descentrada, diaspórica ou global das antigas grandes narrativas imperiais centradas na nação»,³ a maioria centra-se nas interconexões entre o antigo império britânico e suas periferias.

No contexto desse panorama mais amplo da literatura, julgamos que o colonialismo português – com sua longa história, distintos períodos imperiais e diferentes dinâmicas entre o Estado colonial e suas colónias – proporciona um terreno profícuo para a análise comparativa de impérios em diferentes períodos históricos. As mudanças de localização do império português na economia política envolvente, reflectindo diferentes conjunturas dos processos de expansão capitalista global, assinalam a progressiva transformação do primeiro grande império mercantil em poder subalterno.

Mas há que deixar de focar exclusivamente o lado do colonizador e, seguindo as perspectivas teórico-metodológicas mais recentes nos estudos coloniais e pós-coloniais, tomar como unidade de análise a mútua constituição do colonizador e colonizado.⁴ E, como as interdependências entre metrópole imperial e suas ex-colónias têm histórias, posições e relações de poder particulares, consideramos de especial relevância examinar as relações específicas entre colonizador e colonizado, bem como entre ex-colonizador e ex-colonizado, a partir do espaço mais vasto do antigo império em diferentes conjunturas históricas. Nesse contexto, tornou-se imprescindível examinar as continuidades sociais – ou reconfigurações – em diferentes contextos e tempos históricos de mudanças sociais e ainda, a partir dessa perspectiva, decifrar os interstícios e as complexidades subjacentes às questões de poder, dominação, subordinação, inclusão e exclusão em tempos coloniais e pós-coloniais.

É dessas particularidades que tratam os textos desta colectânea, articulados em quatro partes: «Lusofonias críticas», «Poder e margens», Ideologia e etnicidade»,⁵ «Trânsitos e tráficos». Os textos – que respeitam a ortografia e sintaxe dos lugares de pertença dos autores, na linha de uma tendência crescente nas colectâneas científicas luso-brasileiras – reflectem os diálogos cruzados e as interacções que rompem com as distinções de disciplinas e instituições de origem.

«Atlântico pardo», de Miguel Vale de Almeida, inaugura a parte «Lusofonias críticas» com uma referência irónica às especificidades do colonialismo portu-

³ S. Hall (1996), 247.

⁴ S. Hall (1996); Hall, C. (1996); Cooper e Stoler (1998).

⁵ Lamentamos a impossibilidade de inclusão nesta secção do texto de João Leal «Psicologia étnica e identidade nacional: permanências e transformações de um tema», mas remetemos para a sua publicação numa colectânea de artigos do autor intitulada *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Dom Quixote, 2000.

guês – as imagens míticas da alegre miscigenação entre povos e raças. Assinalando a necessidade de confrontar os esforços de conhecimento e teorização sobre o colonialismo português – e condições pós-coloniais dele resultantes – com as teorias actuais que têm vindo a tomar corpo na literatura anglófona, o autor sugere também que se contorne o ponto fraco dos chamados estudos «pós-coloniais», ou seja, a ausência da economia e da política na análise. Acreditamos que o conjunto de textos deste volume, assentes no realismo do pormenor etnográfico e histórico, bem como a consciência das estruturas políticas e económicas que os perpassam, constituem uma equilibrada resposta a esse apelo.

Também «Tigres de papel», de Omar Ribeiro Thomaz, revisita alguns dos estereótipos e imagens míticas da lusofonia: a suposta originalidade da cultura brasileira na resolução das tensões raciais e a exportação desta ideia para todo o conjunto do império português na segunda metade do século XX, através do que o autor chama «operação luso-tropical». Fala-se, naturalmente, da obra de Gilberto Freyre, do seu contexto cultural, intelectual e político, das suas diversas fases e apropriações ideológicas, que se prolongam nas mais diversas metamorfoses, e a que não escapa o actual projecto de uma Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Em torno da especificidade representativa da expressão cinematográfica das tensões e legados coloniais, o texto de Ana Maria Galano Linhart proporciona-nos uma outra óptica sobre o impacto do colonialismo português – abrindo, aliás, para a pluralidade de leituras que cada um dos filmes seleccionados permite. *Os Inconfidentes*, de Joaquim Pedro de Andrade, sobre o movimento independentista no Brasil colónia, é também veículo de mensagens múltiplas sobre repressão, política, estratificação, raça; *Mueda – Memória e Massacre*, de Rui Guerra, traz o experimentalismo cinematográfico para a exploração da memória da luta anticolonial em Moçambique que anualmente se reactualiza nas representações teatrais; *O Fio da Memória*, de Eduardo Coutinho, de narrativa propositalmente fragmentar, espelha a complexidade da cultura e identidade negra brasileira, que, se não é redutível à clareza da tensão racial narrada por grande parte da literatura internacional, tão-pouco se retrata nos estereótipos mitificados pelo lusotropicalismo.

Muito distante do lusotropicalismo está também o primeiro texto da parte «Poder e margens», «Galvão na terra dos canibais», de João de Pina-Cabral, onde as obras de Henrique Galvão ilustram como os administradores portugueses seguiam a clássica fórmula «os deuses dos gentios são demónios». As manifestações simbólicas de culturas alienígenas eram tidas como falsas e potencialmente perigosas para a ordem social da colónia. Reportando-se às «confissões» de canibalismo, o autor encara-as como confirmadoras dos terrores fantasmáticos dos administradores coloniais que as usavam como «prova» em processos

judiciais. A própria reacção por parte das populações subalternas à destruição política e à reestruturação económica feita pelo colonialismo teria contribuído para a viabilização da «estrutura emocional» do colonialismo, na qual a «fantasmagorização» dos subalternos funcionava – em particular no caso angolano abordado e na vertente das acusações de canibalismo em pleno século XX – como uma validação para as atitudes repressivas do poder colonial.

As «compatibilidades equívocas» referidas por Pina-Cabral – em que a «margem» parece reproduzir as expectativas fantasmáticas do «centro» – não impediam a existência do que nos atreveríamos a chamar de «intermediários equívocos», isto é, com acesso a saberes do colonizador mas com origem na sociedade colonizada. Cristiana Bastos analisa as narrativas dos profissionais da Escola Médica de Goa sobre a sua instituição de modo a discutir como a posição estrutural desse grupo pode elucidar sobre as formas de exercício do poder e subordinação, bem como sobre a interacção dos processos locais com a lógica de administração colonial. Assim, o seu trabalho permite propor um modelo interpretativo da organização colonial portuguesa como uma hierarquia de «subalternidades sucessivas» – a autora revela uma organização em que um «centro» que é já de si subalterno, Lisboa, interage com as colónias num sistema em que a «Índia Portuguesa» se constitui como o lugar de delegação por excelência, fazendo de *pivot* para o resto do império, distribuindo médicos pelas outras colónias.

Também as expectativas sobre um binómio centro-periferia são postas em causa no texto de Nuno Porto, no qual o autor se propõe tratar o triângulo cujos vértices seriam o museu, o conhecimento e o império mediante o exercício de uma etnografia do arquivo do Museu do Dundo, da Companhia de Diamantes de Angola. O seu propósito é questionar os modelos sobre o colonialismo do centro – ou mesmo a pertinência da ideia segundo a qual as colónias gravitam em torno das respectivas metrópoles simultaneamente nos planos político, económico e científico – recorrendo a um exemplo de (semi)periferia. O Museu do Dundo é encarado como um objecto de contacto cultural no qual a cultura nativa é rectificadora pelo expurgo das suas influências recentes. Assim se teria criado um híbrido ilegítimo, já que a purificação é feita segundo os termos dos responsáveis do museu, que procedem a uma autêntica fantasia da história dos sujeitos colonizados.

Intermediários, *experts*, pesquisadores, administradores e outros são categorias profissionais e identidades sociais que se prolongaram para lá do período colonial propriamente dito. Assim, e em relação ao Brasil, Antônio Carlos de Sousa Lima procura mostrar como, na formação de quadros para uma parte da «administração colonial brasileira da actualidade» – a indigenista –, se podem ouvir os ecos de distintas tradições de conhecimento acumuladas no tempo, inclusive o colonial. O *indigenista*, enquanto figura-tipo da administração tutelar,

constitui um «singular entrecruzamento de tradições de conhecimento, numa mistura de missionarismo e martírio, de *sertanismo* heróico, desbravador e nacionalizante, da experiência de gestão como senhor ou capataz de trabalhadores em situação semi-servil ou escrava, e da ciência de evolução da humanidade».

Terminando a parte, Flávio dos Santos Gomes procede a uma meticulosa sistematização de fontes arquivísticas que dão conta de relatos relativos às fugas de escravos, bem como de contactos, cooperação, circulação de ideias e experiências em áreas de disputas por fronteiras entre os domínios coloniais da América portuguesa (Capitania do Grão-Pará) e da França (Guiana Francesa), no século XVIII. Muitas eram as diversas comunidades de fugitivos (chamadas *mocambos* e *quilombos*); as fontes revelam estratégias e rotas de fugas destes *quilombolas* que procuravam autonomia e protecção, vivendo do lado português da fronteira, mas comerciando, trabalhando e mantendo relações diversas com os franceses do outro lado.

É ainda dos escravos africanos no Brasil setecentista que trata o texto de Silvia Hunold Lara, abrindo a parte «Ideologia e etnicidade». Invertendo a tendência geral da historiografia para tratar de uma forma residual e opaca a categoria «escravos» (ao relegar o estudo da diferenciação étnica para outras disciplinas e ao traduzir a experiência da escravatura nos termos do domínio senhorial), a autora aproxima-nos quase etnograficamente da experiência dos escravos que a exploração do ouro levou até às Minas Gerais. Recorrendo a um complexo cruzamento de fontes e interpretação linguística, desenha um quadro de contínuas reconfigurações identitárias para as populações de ascendência africana no Brasil, onde se articulam as diferenciações na origem e os diversos reagrupamentos a que foram sujeitos no contexto da escravatura – e mostrando, assim, a dinâmica dos processos de etnicidade.

«Raças de gigantes» traz-nos de volta à crítica do lusotropicalismo. Fundamental para a consolidação desta ideologia, a viagem de Gilberto Freyre às colónias portuguesas em 1951-1952 levava-o a estabelecer uma aproximação entre a experiência goesa e brasileira que passaria pela mitificada miscigenação de portugueses e nativos. John Monteiro retoma a possibilidade de comparação dos dois contextos através do estudo de autores localmente implicados na produção «mitográfica» na primeira metade do século XX: Ellis Jr., para São Paulo, e Germano Correia, para Goa. A análise revela algo bem distinto da produção, também ela mitográfica, de Freyre: é um empolar *sui generis* do racionalismo e das propostas eugénicas então vigentes, que continham toda uma ideologia de supremacia branca e uma proposta pragmática de branqueamento «eugenizante» dos grupos sobre os quais pesavam os estigmas da miscigenação. No caso de São Paulo, o argumento de Ellis Jr. passava pela ênfase na originalidade racial local, em que o cruzamento de índios e brancos era considerado superior ao de negros e brancos; no caso de Goa, tratava-se da reescrita, numa versão «bran-

queada» por Germano Correia, da história dos lusodescendentes da Índia, contrapondo-se aos estigmas de mistura racial que ao tempo pesavam sobre aquela população.

E é debruçando-se sobre uma dimensão talvez menos conhecida da história étnica do Brasil – a imigração alemã para o Sul do país na viragem dos séculos XIX-XX – que Giralda Seyferth nos traz um contributo com importantes implicações teóricas. Num contexto ideológico de miscigenação e negação de minorias étnicas e nacionais como o do Brasil, a singularidade germânica suscita novos contornos para os estudos de etnicidade, nação e ideologia. A definição de uma identidade segregada teuto-brasileira e a sua projectada compatibilidade com a cidadania questionam alguns dos pressupostos ideológicos brasileiros relativos à construção da nação. Se estes apontam para uma nação plural, resultado de uma fusão de raças, a análise da autora – que vai à minúcia dos debates publicados na imprensa sobre o «perigo alemão» – mostra que essa «pluralidade» é afinal radicada no passado colonial, privilegiando o eixo luso-brasileiro e dando pouco espaço ao reconhecimento de grupos étnicos de outros imigrantes.

Abrindo a parte «Trânsitos e tráficos», Jill Dias também opta por uma abordagem histórica *long-durée* na sua análise das «Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico». Com três estudos de caso, a autora discerne as complexidades dinâmicas dos processos interligados de redefinição das relações sociais, emergência de redes de comércio e de intermediários comerciais no território angolano, e suas relações com a elaboração de identidades instrumentais, em diferentes momentos históricos do tráfico de escravos e da expansão da economia internacional. Retrata como as redes de comércio propiciaram elos entre populações e comunidades diversas e ao mesmo tempo reforçaram competições entre grupos e, conseqüentemente, diferenças regionais e étnicas. E destaca a relevância do sincretismo cultural – em especial o religioso – na construção e reconstrução diferencial das identidades dos diversos grupos de intermediários comerciais, bem como as ambivalências e paradoxos produzidos por esses processos sincréticos. Acima de tudo, revela como as continuidades entre colonial e pós-colonial são fundamentais para se entender a construção das diversas vertentes do nacionalismo angolano na contemporaneidade.

Movimentos de capitais, redes de comércio e formação de poderosos grupos de intermediários comerciais através dos espaços coloniais do império português são cruciais para a revisão crítica realizada por João Fragoso e Manolo Florentino em «A comunidade dos mercadores do Rio Janeiro e o mercado atlântico Português» sobre a crise permanente do antigo sistema colonial. Ao invés de focar as articulações internas da estrutura colonial, examinam em detalhe, com base em fontes de arquivo, os movimentos de capital ao longo do período 1790-1820 na praça mercantil do Rio de Janeiro – à época, o principal parceiro do

reino e o eixo de uma rede de agentes intracontinentais unindo, através do comércio, Brasil, África e Ásia e, como corolário, as formas de produção estruturalmente diferenciadas. Questionando a ideia de crise do sistema colonial, demonstram que, na passagem do século XVIII para o XIX, os recursos obtidos pelo capital mercantil da praça carioca, a partir da sua actuação no mercado interno, viabilizaram as redes mercantis atlânticas, a expansão da economia colonial e, em última análise, a consecução do projecto imperial.

Se a intermediação desempenhada pelos poderosos mercadores do Rio Janeiro traz à tona a «inversão do pacto colonial», Gladys Sabina Ribeiro expõe as tensões e disputas pelo poder político que perpassaram o processo de separação entre Brasil e Portugal e suas relações com a construção da nacionalidade brasileira no contexto da ambígua independência do Brasil proclamada em 1822. Ao examinar a escalada das disputas pelo poder económico e político no contexto de construções artificiais e politicamente construídas das distinções entre «brasileiros» e «portugueses» e da fabricação do distanciamento em relação à nação portuguesa, vislumbra a exacerbação de um discurso antilusitano, ante os perigos representados seja pela recolonização, reunião dos dois reinos sob só uma coroa ou restauração, após D. Pedro I dissolver a Constituinte em 1823, culminando com a sua abdicação em 1831. Assim, «Redefinindo os conflitos antilusitanos» enfatiza que, dado o modelo excludente de cidadania vigente, as represálias aos portugueses desencadeadas no quotidiano foram sistematicamente reprimidas, já que, acima de tudo, esse antilusitanismo extremo foi transformado no discurso da nacionalidade brasileira. Dessa perspectiva, contrapõe-se à historiografia tradicional que, ao destacar uma identidade brasileira já acabada e tratar as rixas entre portugueses como meros eventos episódicos, acaba por mascarar os conflitos internos de classe e raça.

Retomando essas questões, Robert Rowland examina a persistência no Brasil dos estereótipos relativos aos portugueses. Se nos tempos mais recentes primam as piadas irreverentes de «Manueis e Joaquins», sempre pacóvios, tolos, ignorantes e atrasados campónios, nem sempre foi o caso, e tempos houve em que o estereótipo do português no Brasil correspondia ao do avaro negociante. O autor analisa a formação desses estereótipos no quadro dos discursos da nação brasileira, do desenvolvimento de uma economia urbana e mercado de trabalho em diferentes momentos dos séculos XIX e XX. A análise dá conta da construção artificial de diferenças entre brasileiros e portugueses que decorre da transferência da Corte para o Rio de Janeiro, com um processo de independência sem rupturas que implicou a necessidade de um discurso legitimador da nação brasileira, da vinda de diferentes contingentes migratórios lusos para o Brasil e dos conflitos que eclodiram entre brasileiros e portugueses através dos tempos. O autor aponta ainda que, embora a partir de 1920 o peso da presença portuguesa na economia não fosse já significativo – e tão-pouco o fosse

a presença portuguesa na literatura, que entretanto viu nascer o modernismo brasileiro –, os estereótipos negativos do século XIX persistiram por razões políticas. Mas essas imagens estereotipadas continuaram sem estabelecer relações entre o português da mitologia colonial e o imigrante, restando-lhe o papel de Manuel ou Joaquim.

Finalizando a parte, Bela Feldman-Bianco analisa a inversão dos trânsitos transatlânticos de populações, signos e capitais do Brasil para Portugal pós-colonial, com ênfase nos conflitos diplomáticos que eclodiram entre os dois países em 1993, quando brasileiros de nível económico mais baixo começaram a ser barrados pelo Serviço de Fronteiras e Estrangeiros. O foco nesses conflitos revela as contradições existentes entre, de um lado, os processos de remodelação de Portugal de metrópole imperial em nação pós-colonial submetida à política da CEE, que favorece o «direito às raízes» e dificulta a entrada de cidadãos não comunitários na «fortaleza» da Europa, e, de outro, a sua transformação em receptor de migrantes originários das suas ex-colónias, ligados retoricamente por «raízes históricas comuns». A autora mostra como, no contexto da crescente produção de diferenças entre brasileiros e portugueses, baseadas em reelaborações de antigos estereótipos, os conflitos escalaram, transformando-se em «drama familiar». Ao mesmo tempo, a análise da sequência de negociações e acomodações neste conflito traz à tona a constante produção de semelhanças culturais e, portanto, de fronteiras culturais ambíguas, que reescrevem, na actual conjuntura do capitalismo global, as relações históricas entre os dois países em termos de laços horizontais de parentesco, de cultura e língua comum. Nessa linha, a autora argumenta que tanto a diplomacia brasileira como as lideranças transnacionais das associações luso-brasileiras (em Portugal e no Brasil), assentes em localizações sociais e interesses diversos, quer com o objectivo de apaziguar os conflitos, quer em defesa dos direitos de imigrantes do Brasil e dos países africanos de expressão portuguesa radicados em Portugal, ou dos direitos já adquiridos pelos portugueses radicados no Brasil, ou ainda para atender aos movimentos e interesses do capital, tiveram participação activa na afirmação da lusofonia – e, conseqüentemente, de uma continuidade da matriz imperial portuguesa.